A Evolução da Comunicação Pública e Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Pará[1]

Josiele Sousa da Silva[2]
Evelyn Ferreira de Aquino[3]
Universidade Federal do Pará – UFPA

RESUMO

O estudo analisa a evolução da comunicação pública e organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) entre 2007 e 2025, destacando sua importância para a transparência, o acesso à informação e o fortalecimento do controle social. Com a estruturação e ampliação especializada da Assessoria de Comunicação e Relações Públicas (ACRP), houve o aprimoramento de suas práticas comunicacionais. Instrumentos como a política de comunicação, manuais e pesquisas de satisfação também contribuíram para a profissionalização do setor. O trabalho conclui que o TCE-PA vem se consolidando como referência em comunicação no controle externo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; transparência; tribunal de contas; controle externo; TCE-PA.

.

INTRODUÇÃO

Criados com o intuito de fiscalizar a correta aplicação dos recursos por meio da atuação dos órgãos públicos e demais entidades que recebem verbas do erário estadual, os Tribunais de Contas zelam pela legalidade e legitimidade, bem como pela eficiência, eficácia e economicidade na administração pública.

Assim como as demais instituições, possuem o compromisso de dar publicidade a seus atos, bem como garantir o acesso à informação pelos cidadãos, conforme prevê o Art. 5º da Constituição Federal, nos parágrafos XIV e XXXIII, "sejam elas de interesse

[1] Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Estudos da Comunicação, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.

[2] Auditora de controle externo do TCE-PA e mestre em Ciências da Comunicação pela UFPA, email: josielesousa@gmail.com .

[3] Auditora de controle externo do TCE-PA e doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, email: evycristina@yahoo.com.br

particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (BRASIL, 1988).

O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), como responsável pela guarda das contas públicas estaduais paraenses, também é obrigado a comunicar suas principais ações no cumprimento de sua missão institucional, fazendo uso de ferramentas de comunicação para publicizar resultados de julgamento de prestações e tomadas de contas de convênios, termos de cooperação, denúncias entre outros processos administrativos que envolvem a utilização de dinheiro público.

É por meio da divulgação de pareceres emitidos que a população, notadamente paraense, terá a possibilidade de saber como são investidos os impostos arrecadados, se são em seu benefício ou se estão sendo desperdiçados pelos agentes responsáveis. A comunicação pública transparente e eficiente, capaz de alcançar aqueles para quem é realizada, mostra-se como indispensável para a consolidação da democracia.

Segundo Nazareth e Conceição (2003), a atuação dos Tribunais de Contas vem sendo questionada nos últimos trinta anos, desde a aprovação da Constituição de 1988, exigindo mudanças práticas capazes de comprovar a validade de sua existência institucional.

> "Em palestra recente, o então Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Valmir Campelo, atribuiu as críticas ao desconhecimento, por parte da sociedade, do funcionamento do sistema e das vantagens que possui relativamente ao modelo de Controladorias adotado em outros países. Identificou como necessário valorizar o papel e evidenciar os resultados positivos para a sociedade obtidos pela atuação dos Tribunais de Contas, demonstrando a relação custo/benefício do controle das contas públicas, fundamental para garantir a sobrevivência das instituições" (NAZARETH; CONCEIÇÃO, 2003).

Um dos esforços feitos nacionalmente para a modernização dos Tribunais de Contas na tentativa de melhor aproximá-los da sociedade, melhorando inclusive a comunicação com seus variados públicos (servidores, jurisdicionados e população) consistiu no desenvolvimento do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), conforme texto publicado pelo Instituto Rui Barbosa (2012). Implementada de 2006 até 2012, a iniciativa teve por objetivo geral fortalecer o sistema de controle externo nacional "como instrumento de cidadania, incluindo o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais

e interinstitucionais, com vistas, inclusive, ao controle do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal" (IRB, 2012).

Viabilizado por um convênio estabelecido entre Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Promoex pretendia promover a expansão dos Tribunais de Contas "principalmente por meio da capacitação de pessoal, introdução de novos procedimentos e sistemas organizacionais e investimentos em informática" (IRB, 2012).

O TCE-PA também aderiu ao Promoex, submetendo-se a um importante processo de transformação como órgão de controle externo, com reflexos na sua comunicação organizacional e pública desde 2007. Segundo Mendonça (2022), a partir daquele ano, a Corte de Contas paraense fez a instalação de uma rede de áudio em praticamente todas as dependências do edifício-sede do TCE e anexos, com a criação de um pequeno estúdio de rádio com microfones, computadores e softwares.

Passaram a ser produzidos programas de rádio institucionais, incluindo os de entretenimento até os de conteúdo noticioso, com a produção de boletins jornalísticos com informações de eventos e demais ações no âmbito do TCE. Outras mudanças foram realizadas como a criação de um site institucional publicado na internet com notícias diárias sobre o órgão de controle e de perfis nas redes sociais do Tribunal de Contas, além da promoção de campanhas publicitárias institucionais.

Tal processo de modernização ainda se encontra em curso, mesmo tendo sido encerrado oficialmente o Promoex, e vem se intensificando cada vez mais desde 2023, quando a unidade responsável pelas práticas comunicacionais do Tribunal ampliou seu efetivo e melhor organizou sua equipe de trabalho, além de receber equipamentos novos para realizar as suas tarefas diárias.

Apresentar a evolução da comunicação praticada pelo TCE mostra-se importante, haja vista a relevância do Colegiado na sociedade e suas próprias responsabilidades como poder público engajado com a transparência e promovendo o acesso à informação de interesse para várias partes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa tem como fundamentação teórica conceitos como comunicação pública e comunicação organizacional. Compreende-se como comunicação pública,

segundo Duarte (2007) como aquela que diz respeito à interação e ao fluxo de informação, vinculados a temas de interesse coletivo, que têm influência na vida do cidadão.

> "O campo da Comunicação Pública inclui tudo o que está relacionado ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, Legislativo, Judiciário, terceiro setor, instituições representativas, ao cidadão individualmente e, em certas circunstâncias, às ações privadas" (DUARTE, 2007, p. 3).

Já a comunicação organizacional pode ser entendida como aquela que diz respeito "a todas as formas institucionais de interagir e relacionar-se com seus públicos. Seu foco é construir vínculos tanto com membros internos quanto externos" (COMUNICAÇÃO…, 2025).

METODOLOGIA

A fim de melhor compreender a evolução da comunicação organizacional/pública praticada pelo TCE-PA nos últimos 18 anos, realizou-se a pesquisa bibliográfica referente à história da unidade responsável pela coordenação das atividades da área, bem como sobre a atuação dos Tribunais de Contas no Brasil.

Fez-se ainda a apuração quantitativa dos resultados das práticas comunicacionais desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação e Relações Públicas (ACRP) da Corte de Contas ao longo dos últimos sete anos (2018-2025), condensadas em relatórios anuais de atividades da própria unidade. Por meio da análise dos dados presentes nos relatórios foi possível constatar de que modo ocorreu o crescimento da comunicação no órgão de fiscalização.

RESULTADOS

A partir das informações coletadas, observou-se que a comunicação pública/organizacional do TCE-PA está melhor estruturada, com a divisão de tarefas entre os integrantes da equipe da ACRP conforme três especialidades, a de jornalismo institucional, publicidade e propaganda e redes sociais. Até 2023, a Assessoria de Comunicação era composta por oito pessoas, sendo que a partir daquele ano aumentou seu *staff* para 15 profissionais.

Na especialidade jornalismo institucional, em específico a Rádio TCE-PA, são produzidos atualmente cinco programas (Podcast Rádio TCE-PA Notícias, Semana em

Contas, TCE Entrevista, Minuto TCE e Jornal Matinal), além de avisos e spots diversos e com a transmissão ao vivo das sessões plenárias de julgamento. Em 2023, foram produzidos 784 itens para veiculação na Rádio TCE-PA. No ano seguinte, experimentou-se um incremento acima de 10% no número anterior, alcançando-se o patamar de 899 produções em áudio.

São escritos ainda textos para o Portal TCE-PA e para a intranet, além de serem encaminhados releases e notas semanalmente para os principais veículos de comunicação do estado do Pará. Há quatro anos, a ACRP escreveu quase 500 textos para divulgação externa e interna. Dois anos depois, o quantitativo publicado passou para 780 notícias institucionais. No ano posterior, registrou-se novo aumento: 1.041 textos noticiosos, um crescimento acima de 50% comparado a 2023.

No tocante a divulgação em veículos da grande mídia, é sensível o aumento da exposição das atividades do TCE-PA em diversos meios de comunicação, seja em jornais impressos, emissoras de rádio e TV, portais de notícias e sites institucionais de entidades parceiras. Em 2021, quantificou-se pouco mais de 140 notícias acerca das ações do Tribunal de Contas. Já em 2023, o volume de notícias publicadas saltou para 505 unidades. Em 2024, foram observados 697 conteúdos noticiosos publicados.

Quanto à publicidade e propaganda, a ACRP também elabora periodicamente campanhas publicitárias, com a criação de spots, cartazes e outras peças, para celebrar datas consideradas importantes no calendário institucional, bem como para anunciar eventos relevantes como palestras, simpósios e seminários promovidos pela Corte de Contas. Em 2022, por exemplo, contabilizaram-se apenas 12 campanhas. Dois anos depois, a ACRP preparou 67 campanhas de temáticas variadas, desde o Dia do Auditor de Controle Externo até o XI Fórum TCE-PA e Jurisdicionados.

Na área de redes sociais, o TCE-PA mantém perfis com postagens diárias no Facebook, Instagram, X e YouTube desde 2014. Há quatro anos, foram realizadas 1.762 postagens nas quatro principais redes. Em 2024, o número de postagens atingiu a marca de 2.899, uma expansão de quase 40%.

Vale ressaltar que os perfis do Instagram e o YouTube foram os que mais cresceram desde 2018, quando se averiguou o início do crescimento do número de inscritos em cada uma das plataformas. O TCE-PA detinha pouco mais de 1,8 mil inscritos naquele ano no perfil do Instagram, sendo que no final de março de 2025

ultrapassou 12,5 mil seguidores. No YouTube, o Tribunal tinha apenas 50 inscritos há sete anos e em março de 2025, já são 2,4 mil seguidores.

Entre os investimentos realizados na gestão da comunicação podem ser destacados a criação da Política de Comunicação Institucional em 2014, que ganhou nova redação em 2024; a elaboração anual do Plano de Comunicação da ACRP desde 2020; a realização de Pesquisa Anual de Satisfação dos Serviços de Comunicação (2020); o Manual de Identidade Visual para as Redes Sociais (2024), o Manual de Gerenciamento de Crise de Imagem (2024), o Manual de Comunicação (2018), o Manual de Relacionamento com a Imprensa (2019), além do Boletim Informativo "Controle Público" (2023) e a realização do 1° Prêmio de Jornalismo do TCE-PA (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela pesquisa foi possível constatar que houve o real compromisso por parte do TCE-PA em desenvolver estratégias de comunicação para dar maior publicidade às suas decisões e demais atividades de interesse de seus públicos, dotando-se de uma estrutura capaz de proporcionar uma quantidade razoável de serviços de comunicação à população de modo geral.

Ainda se faz necessário o aperfeiçoamento das notícias produzidas para ganharem maior relevância, bem como da logística de entrega dos produtos de comunicação para que alcancem seus *stakeholders* de forma mais eficiente. Nota-se que tal esforço também se encontra em curso e aprimorado ao se considerar os anos anteriores de funcionamento da ACRP. O principal beneficiado com todo esse processo será, sem dúvida, a população paraense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 fev. 2025.

COMUNICAÇÃO organizacional: conceitos para uma gestão mais estratégica. **Teclógica.** Disponível em https://www.teclogica.com.br/comunicacao-organizacional/. Acesso em: 17 mar. 2025.

DUARTE, Jorge. In: LOPES, Boanerges (Org). **Comunicação Pública Gestão da Comunicação Empresarial: teoria e técnica**. São Paulo: Mauad, 2007.Disponível em

https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Comunicação-Pública-VF-Capítulo.pdf . Acesso em: 12.fev.2025.

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). **Conheça o Promoex**. Disponível em https:// www.jusbrasil.com.br/noticias/conheca-o-promoex/2896974 . Acesso em: 24 fev. 2025.

NAZARETH, PAULA A.C. P.; CONCEIÇÃO, J. H. M. **Tribunal de Contas como ferramenta para participação cidadã:** A experiência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto Ruy Barbosa (2003). Disponível em https://irbcontas.org.br/artigos/tribunal-de-contas-como-ferramenta-para-participacao-cidada-a-experiencia-do-tribunal-de-contas-do-estado-do-rio-de-janeiro-e-do-instituto-ruy-barbosa/#_ftnref10. Acesso em: 10.02.2025.

PARÁ (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Regimento Interno**. Belém, 1971.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (PARÁ). **Relatório Anual de Atividades da ACRP 2021**. Belém, 2021.

_____. **Relatório Anual de Atividades da ACRP 2022**. Belém, 2022.

_____. **Relatório Anual de Atividades da ACRP 2023**. Belém, 2023.

.

_____. **Relatório Anual de Atividades da ACRP 2024**. Belém, 2024.